LATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANA

Rua. Francisco Albuquerque, 1488

Telefax (044) 3523 - 23.30 - CEP 87302 - 220 CNPJ. 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br

www.camaracm.com.br

Cx. Postal 450

vereador roquedefreitas@camaracm.com.br

PMDB

087/08

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO Protocolo Nº 016 / 2008 Campo Mourão, 04/ 01/ 02 Horas 11:09 wulus PROTOCOLISTA

> CONTRÁRIO À TRAMITAÇÃO DÉ SE CIÊNCIA AO AUTOR Teodoro de Oli Dr. Eraldo

O Vereador que o presente subscreve, usando das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, requer à Mesa que seja remetido expediente ao Senhor Prefeito NELSON JOSÉ TURECK, indicando que o mesmo intime ao Presidente da Associação de Moradores da Vila Rural Flor do Campo, para renovar a Cessão de Uso do Trator que encontra-se em poder da Associação de Moradores da Vila Rural Flor do Campo de Campo Mourão, conforme Decreto nº 2676/2003.

JUSTIFICATIVA

Este decreto foi efetivado em 03 de fevereiro de 2003, na gestão do Prefeito anterior e necessita desta renovação pela atual administração.

P. deferimento.

SALA DAS SESSÕES, em 03 de janeiro de 2008

ROQUE DE FREITAS

- A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

 QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -SOBRE A MATÉRIA: () não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto. EXISTE O REGISTRO DE SÚMULA POR OUTRO VEREADOR. EM ANEXO. QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA: () Não () Sim, Conforme anexo - QUANTO À PREJUDICIALIDADE: () não há qualquer óbice. () a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI)) Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b) () Já transformado em diploma legal (167,I,C) () a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR. () TRATA-SE DE INDICAÇÃO, REQUERIMENTO E/OU PROJETO COM A MESMA OU OPOSTA FINALIDADE DE OUTRO JÁ APROVADO (ARTIGO 167, INCISO VI) CONFORME DOCUMENTO ANEXO. QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO. () não há qualquer óbice. () a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos. () a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº..... (x) A PROPOSIÇÃO TEM CONTEÚDO QUE FOI OBJETO DE INDICAÇÃO OU REQUERIMENTO APROVADOS NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA DIAS) (COPIA ANEXO) - ART. 151, § 2°. INCISO II. ALÍNEA "E". DO R.I. () A PROPOSIÇÃO REFERE-SE A OBJETIVO/META NÃO INCLUÍDO NO PLANO PLURIANUAL E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, VIGENTES - ART. 128, § 2º, DO R.I. Campo Mourão Otde Janeiro de 2007. melina **ELIAS DA SILVA**

Chefe da Divisão Legislativa

2356/2007 - 11/09 - REQUERIMENTO - Roque Aparecido de Freitas - Ademir Franco de Lima - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA RURAL - FLOR DO CAMPO - , SOLICITANDO QUE O MESMO ENTRE EM CONTATO COM A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO, PARA REGULARIZAR O DECRETO DE CESSÃO DE USO Nº 2676/2003, (USO DE UM TRATOR) QUE ENCONTRA-SE VENCIDO. SOLICITAMOS AINDA AO EXECUTIVO MUNICIPAL, PARA QUE O MESMO NOTIFIQUE O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, PARA QUE VENHA A EFETUAR ESTA REGULARIZAÇÃO. REITERANDO A INDICAÇÃO PROTOCOLADA SOB Nº 346/2007 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

[e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:
(.~) Indicação n°
AUTOR (ES):
OCORRÊNCIAS:
() Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
Verificação de Prejudicialidade.
() Vício de competência da matéria. Competência do (a)
() Vício de origem. Competência privativa do (a)
() Inconstitucional por ferir:
() Inorgânico por ferir:
() llegal por ferir:
() Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas
() Necessário corrigir nos seguintes pontos:
() Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
() Parecer Jurídico em anexo.
() Diligências necessárias ou sugeridas:
() A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no artda LDO.
() A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no artdo PPA.
Parecer prolatado em 06 / 02 /2008.
() favorável à tramitação. () favorável à tramitação com emendas. () Pela apresentação de substitutivo () Contrário à tramitação () Diligências.

GIOVANE JOSÉ MARTINS Assessor Jurídico – OAB/PR 31.312